

Apelo ao presidente para que diga não às medidas

Das sucursais

Veemente apelo ao presidente da República para que diga "não" ao novo "pacote" econômico e demita os ministros da área econômica foi feito ontem, na Câmara, pelo líder do PT, deputado Aírton Soares (SP). Do contrário, segundo ele, "será o caos" e o governo, para impor as providências anunciadas, "terá de recorrer a medidas de exceção, à violência e a punições — o que é incompatível com o processo de abertura democrática".

"Se o preço da gasolina for para 400 cruzeiros, se o preço do pão dobrar, se os agricultores não tiverem subsídios para a lavoura, se o comércio não tiver subsídios e houver desemprego ocasionado pelos cortes nas estatais, estaremos diante do caos social. O povo irá às ruas e as oposições irão junto. Ao governo e ao PTB restará a violência para coibir as justas manifestações. E aí eu temo pelo processo de abertura" enfatizou.

Se atendido seu apelo, o líder do PT acenou até com a possibilidade de fazer pacto com o governo em torno de um projeto de salvação nacional.

O anúncio do novo "pacote" causou apreensões, também, nas lideranças do PMDB, PDT e até do próprio PTB, as quais se manifestaram contra sua adoção.

CHIARELLI

Em Porto Alegre, o vice-líder do PDS no Senado, Carlos Alberto Chiarelli (RS), apelou ontem ao presidente Figueiredo para que rejeite as sugestões que vem recebendo e não adote as medidas econômicas que vêm sendo anunciadas, como a retirada dos subsídios à agricultura e ao petróleo, o corte nos investimentos das estatais e, especialmente, as mudanças no cálculo do INPC. Para o senador, embora o Brasil precise honrar seus compromissos externos, não pode ficar numa posição de "absoluta dependência, de total anuência com as exigências do FMI".

Ele defendeu, ainda, uma renegociação coletiva das dívidas externas dos países subdesenvolvidos, em condições que propiciem a sua recuperação econômica, e considerou que, se os ministros da área econômica não mudarem sua postura, sendo sensíveis "às propostas liberalizantes e democratizantes e às finalidades de maior densidade social nas decisões", deverão ser substituídos.